

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO - ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**SELMA BEATRIZ LAUS DA SILVA MATTOS**

**MEDIAÇÃO FAMILIAR:  
Os Reflexos em Casos de Separação Conjugal**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 24106104

  
**Teresa Kleba Lisboa**  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

**FLORIANÓPOLIS**

**2004**

**SELMA BEATRIZ LAUS DA SILVA MATTOS**

**MEDIAÇÃO FAMILIAR:**

Os Reflexos em Casos de Separação Conjugal.

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado como requisito parcial  
para a obtenção do título de Bacharel  
em Serviço Social, ao Departamento  
de Serviço Social, na Universidade  
Federal de Santa Catarina, pela  
acadêmica Selma Beatriz Laus da  
Silva Mattos.

Orientadora: Waldirene Vieira Gomes

**FLORIANÓPOLIS**

**2004**

SELMA BEATRIZ LAUS DA SILVA MATTOS

**MEDIAÇÃO FAMILIAR:**  
Os Reflexos em Casos de Separação Conjugal

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina.



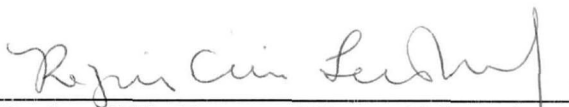
---

**Waldirene Vieira Gomes - Orientador**



---

**Tânia Aparecida Campos da Silva - 1º Examinador**



---

**Regina Célia Tamasso Mioto - 2º Examinador**

**Florianópolis, 2004.**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todos aqueles que passaram pela difícil situação da separação conjugal, onde a emoção transcende a razão. Aos que descobrem que o “luto” é provisório, que o tempo tudo alivia e esclarece, que o segredo é ter o dom da paciência. Aos que adquirem a consciência de sua responsabilidade pelo começo e término do relacionamento.



## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a algumas pessoas, por seu apoio e ajuda na realização deste trabalho. Primeiramente às minhas filhas, Patrícia e Melissa, que compartilharam minhas dificuldades e me deram o apoio necessário nos momentos de fragilidade que passei durante a caminhada acadêmica. Posteriormente, agradeço a Orientadora Waldirene por ter acompanhado o trabalho.

Tenho um grande débito com as Assistentes Sociais Tânia Aparecida Campos da Silva e Maria Elizete Batista Abreu, pelo apoio que possibilitou a realização do mesmo.

Sou grata ao Fórum da Capital e todos àqueles envolvidos no projeto de mediação familiar por terem me recebido de forma tão agradável, a ponto de terem contribuído para que o estágio curricular viesse a ter importância tão significativa em minha vida.

Sou grata à vida, por ter proporcionado a oportunidade de conhecer uma amiga que há quatro anos me acompanha, me consola, me alegra e renova meu ânimo nos momentos difíceis, obrigada Terezinha por todo seu carinho, dedicação e disponibilidade. Você será eterna em minha vida. Por fim agradeço a minha irmã Iara, pela oportunidade de trabalho, e ao Tarcísio, por ter feito parte de minha vida contribuindo para que eu percebesse o quanto o Serviço Social é importante.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como prioridade comprovar a eficácia do serviço de mediação familiar implantado no Fórum da Capital no ano de 2001. Inicialmente é feita uma abordagem sobre o casamento e sua definição dada pela Constituição Federal e pelo Novo Código Civil, aborda as consequências que resultam da separação conjugal e dissolução de união estável, decisões que desencadeiam conflitos familiares, dentre os quais cito: pedido de alimentos, regulamentação de visitas e guarda. Posteriormente, conceituamos Mediação Familiar, sua implantação e surgimento no Fórum da Capital, mostrando que se trata de um projeto piloto que foi implantado nas Varas de Família. O projeto é criação da Assistente Social Eliedite Mattos Ávila. Considerando que as Varas de Família têm como tarefa precípua, zelar pelo cumprimento das leis nas questões de ordem familiar, o projeto tem como objetivo dar um atendimento mais apropriado e eficaz a essas questões. A mediação consiste em um novo campo de atuação do Assistente Social, seja na sua coordenação, na triagem ou como mediador, sendo assim abordamos o serviço social no judiciário e a inserção deste como mediador familiar. Finalmente é mostrado o resultado de uma pesquisa realizada com 10 casais que passaram pelo serviço de mediação familiar tendo como propósito saber como as partes se encontram no tocante as consequências do acordo firmado (se esta sendo cumprido ou não) através da mediação familiar, como também saber como seus filhos encontram-se emocionalmente, depois de decorridos anos do acordo firmado. Acreditamos, desta forma, contribuir para que o serviço de mediação familiar seja divulgado e cada vez mais reconhecida sua eficiência, pois se trata de uma prática de intervenção que ajuda os casais em conflito a encontrarem alternativas para a solução de seus desentendimentos, de forma cooperativa e consensual.

**Palavras Chave: Casamento, Conflitos, Mediação Familiar.**

## SUMÁRIO

<b><u>RESUMO</u></b> .....	5
<b><u>1. CARACTERIZANDO O CONTEXTO DA SEPARAÇÃO CONJUGAL</u></b> .....	9
<u>1.1 O Casamento</u> .....	9
<u>1.2 A União Estável</u> .....	17
<u>1.3 A Separação Conjugal</u> .....	18
<u>1.4 Questões Decorrentes da Separação Conjugal</u> .....	22
<u>1.4.1 A Guarda dos Filhos</u> .....	22
<u>1.4.2 A Regulamentação de Visitas</u> .....	26
<u>1.4.3 O Alimento</u> .....	30
<b><u>2. A MEDIAÇÃO FAMILIAR</u></b> .....	32
<u>2.1 Conceituando a Mediação Familiar</u> .....	32
<u>2.2 O Surgimento da Mediação Familiar no Fórum da Capital</u> .....	39
<u>2.3 O Serviço Social na Mediação Familiar</u> .....	41
<b><u>3. OS REFLEXOS DA OPÇÃO PELO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR</u></b> ....	47
<u>3.1 A Metodologia do Estudo</u> .....	47
<u>3.2 Questionário Aplicado</u> .....	49
<u>3.3 Os Resultados do Estudo</u> .....	54
<b><u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u></b> .....	57
<b><u>REFERÊNCIAS</u></b> .....	60
<b><u>ANEXOS</u></b> .....	62
<u>ANEXO 1</u> .....	63

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de nossa experiência durante o período de estágio curricular, compreendido entre setembro de 2003 e maio de 2004, realizado no setor de Serviço Social do Fórum da Capital, junto ao serviço de Mediação Familiar. Consistia, em resumo, no encaminhamento de casais em processo de separação amigável ou litigiosa.

O despertar para o interesse sobre separação e, principalmente, a oportunidade de auxiliar na resolução dos conflitos de forma consensual é que levou-nos a busca do conhecimento das questões de família. A teoria adquirida no decorrer da graduação foi de suma importância para a prestação do atendimento aos casais que procuravam o auxílio do Serviço Social do Fórum da Capital para encaminhamento dos seus anseios.

O objetivo principal deste trabalho é demonstrar o quanto a Mediação Familiar auxilia na formulação de acordos em casos de separação amigável ou dissolução de união estável, evitando que a decisão seja tomada por terceiros. Para tanto, buscamos tomar conhecimento de como está a situação atual de ex-casais que efetivaram sua separação com o auxílio da Mediação Familiar no Fórum da Capital.

O trabalho será apresentado em três capítulos: no primeiro, discorreremos sobre casamento, a união estável, a separação e os conseqüentes conflitos como: a guarda dos filhos, a regulamentação de visitas e de alimentos, todas questões vinculadas ao serviço de Mediação Familiar.

No segundo capítulo discorreremos sobre o conceito da Mediação Familiar e sua implantação no Fórum da Capital, demonstrando a importância do Serviço Social na Mediação Familiar.

No terceiro e último capítulo, apresentamos a metodologia utilizada e o resultado da pesquisa com ex-casais que passaram pelo processo de Mediação Familiar em casos de separação e dissolução de união estável.

Para concluir, faremos algumas considerações sobre o trabalho, que poderão contribuir com o processo de Mediação Familiar, fortalecendo assim, o trabalho do Serviço Social no Fórum da Capital.

## 1. CARACTERIZANDO O CONTEXTO DA SEPARAÇÃO CONJUGAL

### 1.1 O Casamento

A partir da segunda metade de século XX, tornam-se mais evidentes as mudanças no comportamento e hábitos da sociedade no que diz respeito a vida conjugal. Como exemplo, podemos citar a liberalização sexual da mulher proporcionada, principalmente, pela invenção e popularização da pílula anticoncepcional que lhe deu maiores condições de escolher quando engravidar. Isto gerou uma modificação na posição da mulher na sociedade, que teve como uma de suas conseqüências, a divisão sexual do trabalho. E a inserção, cada vez maior, da mulher no mercado de trabalho levou à mudanças profundas na estrutura familiar.

Segundo Mioto (1997, p.120 apud RIBEIRO, 1999), “as mudanças na relação homem e mulher levaram inclusive à transformação do caráter do vínculo”.

A família neste contexto vem se adaptando conforme as transformações a fim de acompanhar seu desenvolvimento. As conseqüências são percebidas em todos os segmentos da sociedade como número reduzido de filhos, aumento de famílias monoparentais, de pessoas vivendo sozinhas, de uniões estáveis, de famílias recompostas, resultado de separações e divórcios. Como conseqüência vemos crescer no contexto social a fragilização dos vínculos familiares.

Vale ressaltar que o conceito de casamento, não pertence à Lei, ou seja, não tem definição no Código Civil.

Segundo Oliveira (2003), o Código Civil de 1916 tratava do direito da família nos seus aspectos pessoais e patrimoniais, dando destaque ao ente familiar constituído pelo casamento civil ou religioso com efeitos civis.

Alguns legisladores consideram casamento como “instituição social”, enquanto outros, segundo Oliveira Filho (1999), sustentam a natureza jurídica de “contrato”, onde se tem a livre manifestação da vontade sob o aspecto do ordenamento legal.

A definição mais conhecida de casamento é a união entre um homem e uma mulher realizada de tal modo que os filhos que a mulher dá a luz são reconhecidos como sendo os filhos legítimos dos dois cônjuges. A união de um casal pode se concretizar formalmente através do casamento civil e/ou religioso, ou na decisão de viverem juntos. Ao se casar, a pessoa manifesta o compromisso de permanecer com o outro, envidando esforços para a consolidação do vínculo. Em nível afetivo, o casamento afasta o medo da solidão. O casamento foi o meio universalmente adotado para assegurar, de maneira controlada, a reprodução dos grupos. Geralmente, o casamento é considerado como uma união permanente entre dois parceiros de sexos diferentes, e é reconhecido e legalizado pela sociedade. A união de uma mulher e um homem que não pertencem à mesma família foi imposta através do tabu do incesto, isto é, estabelece uma proibição e obriga a uma aliança.

A proibição do incesto não é tanto uma regra que proíba casar com a mãe, com a irmã ou com a filha, mas, sobretudo, uma regra que obriga a ceder aos outros a mãe, a irmã, a filha. É a regra do dom por excelência (STRAUSS, 1976, apud RIBEIRO, 1999, p.8).

No período colonial, os casamentos eram realizados por razões ou interesses familiares. Pais, tutores ou outros responsáveis decidiam com quem seus filhos ou tutelados iriam se unir sem cogitar o desejo dos mesmos. O fator amor não era considerado e o interesse era apenas nos benefícios econômicos e sociais que surgiriam desta união. O casamento era uma decisão tomada e imposta unilateralmente pelo responsável.

Ainda hoje o interesse econômico se encontra dentro dos motivos para a escolha do parceiro, porém de modo geral, esta escolha também é movida por fatores como amor, interesse social, gravidez não planejada e carências afetivas.

Conforme Oliveira Filho (1999, p. 21),

Avaliado sob o prisma do subjetivismo, o casamento se traduz na oportunidade ideal de companheirismo e intimidade, uma tentativa de descoberta do outro em confronto com os valores sociais, éticos, culturais e morais de cada cônjuge. As pessoas se casam com o propósito principal de construir um núcleo identificado na sociedade, cuja consolidação é buscada, em regra, na formação da prole.

Durante o período de namoro, geralmente o casal idealiza a vida a dois, fazem planos e promessas de amor eterno sem se darem conta do romantismo no qual estão envolvidos, sendo assim, o desejo de viverem juntos e partilhar uma vida em comum, ter filhos, netos e bisnetos, lutar por sua sobrevivência e de seus entes queridos torna-se prioridade para o casal.

Conforme Maldonado (1987, p. 21) “somos nós que escolhemos nosso parceiro”, e muitos fatores contribuem para esta escolha como: amor, complementação, carências, a valorização social que o casamento representa, ou seja, a pessoa casada, em tese, é considerada mais respeitável do que as solteiras ou separadas.

Com o casamento inicia o verdadeiro conhecimento entre as duas pessoas, pois somente através da convivência é que os ajustes necessários podem ocorrer. Entretanto, numa primeira fase, cada um procurará impor seus modelos e costumes e, geralmente, aceita com dificuldades os apresentados pelo companheiro. No entanto, em grande parte, os vínculos afetivos são construídos de modo sonhador e o casal, ao acreditar nos sonhos, luta por uma vida de realizações e felicidade.



Acreditamos que o que acaba no primeiro momento não é o casamento e, por consequência, a família. O que acaba é a ilusão e a esperança projetada no outro. Sendo assim, quando a responsabilidade pela própria felicidade é depositada no parceiro, sem levar em conta sua participação, a tendência é o sofrimento pessoal e, conseqüentemente, a família torna-se a fonte geradora de conflitos mútuos e infelicidade individual.

Há casamentos que servem como recurso para que se saia da casa dos pais, buscando desta forma livrar-se do controle familiar, significando muitas vezes somente uma troca de repressão [...] casamos não para construir uma vida nova, mas para escapar da anterior. (MALDONADO, 1987, p. 21).

Dentro do casamento é comum a reprodução dos padrões de interação familiar. Muitas vezes, um dos cônjuges vê-se agindo da mesma forma que seus pais agiam, reproduzindo fatos que gostaram, ou não, de terem vivenciado dentro de sua família de origem. Tentam, sem se aperceber na maioria das vezes, mudar o outro conforme sua imagem de desejo, e assim, em muitos casos, passam longos anos frustrados por não verem o parceiro tornar-se o que queria que ele (a) gostaria que fosse. Diante desta constatação, se não há preparação psicológica para assumir e respeitar as diferenças, o caminho, geralmente, é o fim do casamento. Segundo Maldonado (1987, p. 21),

[...] a motivação principal para começar ou manter um casamento é, por vezes, o medo da solidão. Muitos homens pensam em casar por necessidade de ter alguém que cuide de suas coisas e que torne sua vida mais fácil. Há mulheres que desejam ser sustentadas e amparadas através do casamento, não se dando conta, porém, da dependência que estão iniciando com o parceiro.

Costumamos esperar do companheiro aquilo que idealizamos, porém, na prática, o que acontece é diferente do sonhado. As acusações surgem, e a insatisfação, a tristeza e o

fator separação aparece como solução. Existem aqueles que prolongam seu casamento visando prepararem-se para tomarem esta decisão.

Conforme conceituam Shinyashiki e Dumêt (1988, apud Oliveira Filho, 1999, p. 47),

[...] sempre poderão existir dúvidas quanto a essa ter sido a melhor decisão. Quando uma separação ocorre sem que os problemas tenham sido resolvidos ou para fugir da ameaça de desestabilização do ponto de equilíbrio, é comum que, nos momentos de vazio, um dos ex-parceiros, ou ambos, passe a escutar o som das palavras distantes do outro, releia cartas antigas, se recorde de algum momento especial. E, então, tais cenas passam a ser a sua única companhia na solidão. É muito comum alguém se separar apenas externamente - evitar contato pessoal -, mas não romper a relação dentro da própria cabeça.

Os modos e causas de dissolução do casamento pelo desquite, antes abrangidos no Código Civil, vieram posteriormente a ser tratados à parte na lei 6.515, de 26/12/1977, que dispõe sobre a separação e o divórcio. Antes da vigente Constituição Federal, o casamento era a única forma de legitimação da família. Não é mais assim: a Constituição passou a reconhecer também outras formas de entidade familiar, como a união estável e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

O Casamento é a forma tradicional de constituição da família. O casamento civil ou o casamento religioso com efeitos civis entre um homem e uma mulher tem expressa previsão na Carta Federal (art. 226, §§ 1º e 2º), no Código Civil e na Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73).

A instituição do divórcio, em 1977, significou um grande avanço na regularização de uniões de pessoas que se achavam separadas judicialmente. Após a instituição, surgiu a oportunidade de um novo casamento, porém não houve a preocupação de resguardar direitos surgidos da união de fato. A única referência a essa espécie de união na Lei do Divórcio está em seu art. 45: permite a livre estipulação do regime de bens, sem o

impedimento do art. 258, II, do Código Civil de 1916, no casamento do maior de 60 e da maior de 50 anos, se já mantinham comunhão de vida desde antes de 28/06/1977 (data da EC 9), por 10 anos consecutivos, ou se tinham filhos desta união.

O Novo Código Civil Brasileiro, Lei 10.406, de 10/01/2002, com o termo inicial de vigência em 10 de janeiro de 2003, incorpora em seu texto as alterações ditadas pela Constituição Federal e por leis especiais em matéria de família, além de introduzir importantes mudanças, desde a conceituação do casamento até disposições sobre união estável.

O tratamento dispensado no Novo Código Civil em relação às diversas espécies de entidade familiar, com proteção igualitária às pessoas que as integram, mostra uma sensível e necessária evolução em relação ao que dispõe o Código Civil de 1916, pois neste, o enfoque prioritário é dirigido à família oriunda do casamento, com omissão de outras formas de união, salvo para considerá-las a margem da lei.

Oliveira (2003), destaca que a principal mudança em relação com a Constituição Federal de 1988, é que esta alarga o conceito de família, passando a proteger de forma igualitária todos os seus membros, sejam partícipes dessa união ou seus descendentes. Em decorrência desses princípios fundamentais encartados na Lei Maior, com mais ampla conceituação do ente familiar e da proteção que o Estado lhe deve, vieram a ser editadas leis da união estável, e outros importantes diplomas legislativos, como os de proteção à criança e ao adolescente, e de reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento.

Consolida-se nesse manancial legislativo, o entendimento da família como um núcleo de convivência baseado no afeto e na igualdade de tratamento das partes. Assim, no panorama atual de nosso sistema jurídico, a consolidar-se com a entrada em vigor do Novo Código Civil, tem-se a moderna conceituação de família como decorrência de união entre homem e mulher, seja legalizada pelo casamento ou sedimentada por duradouro tempo de convivência, ou mesmo passageira, mas vindo gerar a descendência (OLIVEIRA, 2003, p. 35).

O Novo Código Civil (Lei 10.406, de 10/01/2002) traz sensíveis mudanças nas disposições referentes a casamento, com destaques para sua conceituação como núcleo de comunhão de vida, a valorização do casamento religioso, a igualação de direitos e deveres entre os cônjuges e a redução nominal dos impedimentos matrimoniais.

O Novo Código Civil, contém um capítulo de introdução sobre o casamento, sua finalidade, princípios básicos, momento consumativo, registro civil do casamento religioso e outras normas de importante conteúdo programático.

Destacam-se os pontos seguintes na normatização do casamento pelo Novo Código Civil (OLIVEIRA, 2003, p. 42-43):

- a) art. 1.511 - conceituação do casamento pelo seu efeito de estabelecer uma comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges;
- b) art. 1.512 - gratuidade da celebração do casamento e, com relação à pessoa pobre, também da habilitação, do registro e da primeira certidão;
- c) art. 1.516 - facilitação do registro civil do casamento religioso;
- d) art. 1.517- redução da capacidade matrimonial do homem para 16 anos;
- e) art. 1.521 - redução dos impedimentos matrimoniais, catalogando apenas os dirimentes absolutos;
- f) art. 1.523 - causas suspensivas do casamento, em lugar dos antigos impedimentos impeditivos ou meramente proibitivos;
- g) art. 1.526 - exigência de homologação da habilitação matrimonial pelo juiz;
- h) art. 1.542 - casamento por procuração mediante instrumento público, com validade restrita a 90 dias;
- i) arts. 1.565 e 1.567 - desaparecimento da figura de chefe da família, em decorrência da igualdade dos cônjuges, aos quais compete a direção da sociedade conjugal;
- j) art. 1.565, § 1º - possibilidade de adoção do sobrenome do outro por qualquer dos nubentes.

Ainda em complemento à conceituação jurídica do casamento, dispõe o Novo Código Civil, no art. 1. 565, que, por meio dele, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família.

O casamento tem efeitos jurídicos nos aspectos pessoal, social e patrimonial. Segundo Oliveira (2003) são pessoais os efeitos quanto à conduta dos cônjuges por mútuos deveres de fidelidade, coabitação, assistência e criação dos filhos. Os efeitos sociais são aqueles atinentes à posição do cônjuge no meio familiar e comunitário, com alteração de seu estado civil e reflexos parentais ou de afinidade com os elementos do grupo. Por fim, verificam-se efeitos de caráter patrimonial, decorrentes do regime de bens que se instaura com o casamento e dos direitos na sucessão hereditária.

Nesse contexto de pessoas casadas, homem e mulher se unem em projeto de vida comum e adquirem novo *status* dentro da sociedade, passando de solteiros a casados. Se incapazes em razão da menoridade (abaixo de 18 anos, conforme o Novo Código Civil), emancipam-se ao contrair núpcias. Assumem direitos e deveres recíprocos: vida em comum, fidelidade, assistência, guarda, sustento e criação dos filhos.

[...] qualquer pessoa, ao casar, com certeza terá fantasias pessoais sobre o casamento. Contudo, poucos têm consciência dessas fantasias; de fato, não sabemos por que escolhemos nosso companheiros. No início do matrimônio temos desejos, sonhos, esperanças e expectativas, tantas que nem conseguimos enumerá-las. Em geral, se viemos de uma família da qual gostamos, nossa fantasia é recriá-la, com um casamento ideal. E se viemos de uma família marcada por dificuldades, nossa fantasia é de que a nossa nova família representará um progresso em relação àquela que sempre tivemos (GOTTLIEB, 1993, p. 89).

Ressaltamos que vida é permeada de transformações, uniões, separações, onde partilhamos momentos felizes, momentos difíceis, com perdas e ganhos, ressentimentos, sentimentos que acarretam em adaptações às mudanças vivenciadas, considerando-se a complexidade dos relacionamentos.

## 1. 2 A União Estável

Conforme Oliveira (2003, p. 71), “as primeiras uniões de homem e mulher faziam-se de maneira informal, sem interferência maior das comunidades grupais a que pertenciam os indivíduos. Eram relações familiares que hoje seriam qualificadas como concubinárias.”

A palavra concubinato deriva do verbo latino *concubo*, que significa dormir junto, ir para cama com outro, ter relações carnavais. Atualmente a conceituação moderna dispensa a vida em comum sob o mesmo teto. Conforme Oliveira (2003, p. 72), “basta a continuidade do relacionamento, ainda que em lares separados, com ou sem reciprocidade no suporte econômico”.

Com a evolução dos costumes e a organização da sociedade é que se deu a formalização da união conjugal pelo casamento, primeiro religioso, e depois de natureza civil. Paralelamente a essa oficialização da entidade familiar pelo casamento, subsistem os casos de uniões informais, “sem papel passado” como natural fruto do afeto que leva as pessoas à coabitação, visando a realização de projetos de vida a dois e o alcance de filhos que lhes perpetue a espécie.

A partir da Constituição Federal de 1988, o conceito de família não pode mais ser considerado apenas o originário do casamento. Verifica-se que no passado era admitido o casamento religioso em caráter quase que exclusivo, em especial pela influência da igreja e pela tradição do povo, sendo certo mesmo após a exigência legal do casamento civil, permaneceu este propósito entre os homens, tanto que dificilmente, ainda hoje, abrem mão das núpcias religiosas ao lado ou não das civis.

O termo união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar está consagrado pela Constituição Federal. O texto constitucional não vai além do termo união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar. Resulta claro que união estável deve ser entre homem e mulher (não entre pessoas do mesmo sexo), com caráter de

entidade familiar. Segundo Pedrotti (1995), o termo união estável está a dar nome legal para o que se chamava família de fato, concubinato, vida em comum entre homem e mulher, ou mesmo posse do estado de casadas e posse do estado de casados, com comunhão de interesses e de esforços para o bem comum e dos descendentes. Os direitos e deveres de uma união estável estão relacionados ao decurso do tempo, da assistência mútua e da convivência comum, entre outros elementos. O reconhecimento da união estável, não significa omissão à figura do casamento, ao contrário, todo o sistema familiar continua girando a partir e em torno dessa instituição.

O que se pode verificar no reconhecimento da união estável como entidade familiar é a proteção que lhe é devida pelo Estado, mas sem a equiparação formal ao casamento e/ou a união legítima pelo instituto do casamento, tanto que o dispositivo constitucional faz distinção entre casamento e união estável.

No Novo Código Civil a união estável é definida no art. 1.723, que considera união estável a entidade familiar “configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”.

### **1. 3 A Separação Conjugal**

Vários são os fatores que contribuem para a separação de um casal: traição, desilusão, ciúmes, incompatibilidades, desejo de liberdade, desamor, dependência química, violência, entre outros.

É importante ressaltar que os sistemas econômicos, culturais e sociais no qual a família está inserida é de extrema importância para sua sustentação. As famílias brasileiras, principalmente aquelas mais carentes, sofrem com a falta de políticas públicas que reforcem sua condição de vida. Ao contrário disto, passam por dificuldade de



sobrevivência, atualmente em proporções alarmantes. Todo o estresse familiar gerado pelo desemprego, falta de acesso aos serviços de saúde e de educação dificulta a inclusão das famílias de menor renda numa sociedade cada vez mais individualista, aonde o lema “cada um por si e Deus por todos” pode ser levado às últimas conseqüências. Este conceito faz com que cada um dos membros da família pense sua vida de forma individual, nem sempre compatível com sua realidade e projeto de família, que pode gerar relações conflituosas e destrutivas, que aponta como solução o rompimento do matrimônio.

A decisão da separação raramente é mútua; na maioria das vezes um dos cônjuges tem mais pressa que o outro em finalizar a união conjugal. Assim, segundo Lévesque (1998, apud ÁVILA 2002), a pessoa que tomou a decisão está de certa forma adiantada em relação ao seu cônjuge, e já começou a viver as etapas de luto da relação, enquanto o outro olha para o passado, tentando preservar o que adquiriu.

Segundo Ávila (2002), a separação pode ser discreta ou concreta. A discreta acontece freqüentemente quando um dos cônjuges está envolvido com outra pessoa, mantendo uma relação paralela às ocultas do parceiro. Desculpas mais ou menos legítimas são utilizadas para manter esse tipo de separação. A separação concreta é visível. Ela pode acontecer de repente ou revelada antecipadamente. Essas podem não ser definitivas, principalmente se não houver a terceira pessoa. É uma forma de deixar clara a situação intolerável da união conjugal. Normalmente as pessoas próximas ou amigos desconhecem ou ignoram a separação. A separação pode ainda ser decidida quando os cônjuges concordam em terminar a relação. É normalmente uma etapa mais definitiva, os amigos são habitualmente informados e a reconciliação é mais difícil. É uma etapa importante, e várias dificuldades de ordem emocional, financeira, organizacional e social vêm à tona. Na maioria das vezes um dos cônjuges não consegue aceitar a realidade da separação, pois tal palavra soa de forma negativa, e é difícil aceitar a situação. Muitas vezes a pessoa não



consegue enxergar a realidade e acredita de fato que a separação é passageira, que não passa de um pesadelo e que tudo vai ser resolvido e que vai conseguir ser feliz. Este sentimento geralmente ocorre quando não existe uma terceira pessoa, pois o fato do cônjuge não ter ainda refeito sua vida sentimental leva a pensar que seja um período de transição e que logo tudo voltará ao normal.

Aqueles que optam pela separação sabem o quanto sobrecarregado emocionalmente ficam as partes, pois o momento envolve perdas e ganhos. Qualquer que seja o modo selecionado para efetuar a separação há sentimentos aflorados como: medo, ansiedade, conflitos, hesitações. Mesmo quando a decisão é de comum acordo, ou seja, consensual, a separação quase sempre faz emergir dúvidas, remorsos, um certo alívio que normalmente não vem acompanhado de bem estar interior. As emoções liberadas durante o processo de separação iniciam-se com a separação emocional. Este momento pode ser visto como a recuperação da realidade, um resgate do eu, ou seja, pode ser um grande momento onde as portas se abrem, apesar da dor. Cada um dos cônjuges procura recuperar esperanças, sonhos, planos e expectativas que foram investidos no cônjuge e no casamento. Fica-se de luto por aquilo que foi perdido e lidar com a raiva, a mágoa, vergonha e perda em si mesmo é um processo muito doloroso. Aqueles que não se encontram com uma estrutura emocional satisfatória podem permanecer emocionalmente paralisados por anos, temendo uma nova relação, assim como também se pode vir a enfrentar a situação de forma mais funcional, encarando a situação com normalidade. Pode-se considerar a separação conjugal mais traumática que a separação pela morte, pois se separar de alguém que está vivo é muito dolorido e a recuperação pode ser muito lenta. Já a perda através da morte torna-se mais aceitável, pois a única certeza que o ser humano tem em sua existência é de que um dia morrerá.

Segundo Nunes (2002, p. 20 apud ULYSSÉA, 2003), “separar-se, na verdade, é um processo muito complexo, que começa a partir da decisão de ruptura do relacionamento, e que trás a tona um misto de sentimentos, emoções, como desgastes, estresse, saudade, perda, raiva, culpa, dor, desespero, ressentimento, depressão, angustia e, em outros casos, alívio, paz, tranqüilidade, harmonia, esperança, reconstrução, entre outros. Muitas vezes, demoram-se anos até concretizar esta decisão, ou seja, decidir é uma questão muito difícil”.

A separação, entretanto, não envolve somente o casal, do outro lado estão os filhos(o) que muitas vezes sentem sua segurança abalada, são usados como descarga de emoções sentidas pelos pais, e estes não se dão conta dos danos que podem estar causando a seus filhos e a si mesmos. Esquecem que os cônjuges têm a oportunidade de escolher com quem irão conviver, porém os filhos não podem escolher a família em que serão gerados. Muitas crianças e adolescentes são utilizados como objeto servindo somente como forma de atingir o outro, e muitas vezes o egoísmo aflorado leva-os a uma disputa pelo amor dos filhos(o). Dessa forma inicia-se mais um momento doloroso na dissolução desta união: a briga pela guarda do filho(os) e ou o descarte dos mesmos, como se fossem objetos e nada significassem. É com este tipo de situação que vive o filho(s) de pais separados. Entretanto, cabe ressaltar que quando os filhos(o) vivem em ambientes violentos, permeados de impaciência e desrespeito, a separação dos pais pode lhes trazer alívio.

A separação do casal não altera a condição de pai e mãe, mas altera a maneira de exercer estes papéis. Mesmo que fiquem separados o resto de suas vidas, os filhos não deixarão de ser filhos. A condição de marido e mulher é que não existirá mais.

Conforme Diniz (1995, p. 180-184), “a separação judicial é uma medida preparatória da ação do divórcio”. Duas são as espécies de separação judicial: a) a

consensual, ou por mútuo consentimento dos cônjuges casados há mais de dois anos, cujo acordo não precisa ser acompanhado de motivação, mas para ter eficácia jurídica requer homologação judicial depois de ouvido o Ministério Público. b) a litigiosa, ou não consensual, efetivada por iniciativa do desejo somente de um dos cônjuges. Tanto a separação litigiosa, como as consensuais necessitam de homologação do juiz, no primeiro caso, e decisória no segundo, e por isso são denominadas de “separação judicial”.

A Lei nº 6.515, de 26 de Dezembro de 1997, regulamenta os casos de dissolução de sociedade conjugal e casamento. Esta Lei é conhecida como a Lei do Divórcio. Ao se tratar de separação conjugal, também nos referimos à dissolução de união, visto que a União estável foi reconhecida pela Constituição Federal de 1988, como entidade familiar, em seu parágrafo 3º do art. 226, e posteriormente, pela Lei 9.278 de 10/05/96, e hoje pelo Novo Código Civil Brasileiro, em seu art. 1. 723.

## **1.4 Questões Decorrentes da Separação Conjugal**

### **1. 4.1 A Guarda dos Filhos**

Segundo Oliveira Filho (1999, pg. 62), “os filhos se apresentam como a questão que maior cuidado requer no término do relacionamento conjugal”.

Considerando esta afirmativa, pode-se dizer que os filhos estão diretamente envolvidos com a separação de seus pais e os efeitos são quase sempre inevitáveis e imprevisíveis. Mesmo quando o casal cogita sobre o possível desgaste que seu (s) filho (s) poderão vir a sofrer não conseguem evitar a participação dos mesmos, pois a separação

traz conseqüências não só afetiva (guarda dos filhos) como também econômica (pensão alimentícia).

Quando dissolvido o casamento ou união informal pela separação, consensual ou litigiosa, inclusive pelo divórcio, surge um delicado problema que é a guarda dos filhos menores, bem como dos filhos maiores inválidos, questão ainda mais delicada.

Conforme Maldonado (1987, p. 174), “a guarda dos filhos é predominantemente da mãe”.

Os filhos só não ficam em sua guarda quando se comprova que a mesma sofre algum distúrbio mental grave, ou seu comportamento é tido como imoral, ou ainda quando não deseja ficar com os mesmos.

Se a separação for judicial, cabe ao juiz pronunciar acerca da guarda dos filhos. No antigo texto do artigo 326 e seus parágrafos do Código Civil vigoravam: a) se a sentença, que decretasse a separação, concluísse pela culpabilidade de um dos cônjuges, somente os filhos menores deveriam ser entregues ao cônjuge inocente; b) se ambos fossem culpados a mãe teria o direito de conservar as filhas em sua companhia, enquanto menores, e os filhos até a idade de seis anos. Depois disso, estes últimos passariam para a guarda do pai. A primeira regra não sofreu alteração, mas a segunda a modificação foi substancial, pois se ambos os cônjuges forem culpados pela separação, ficariam com a mãe os filhos menores, independentemente do sexo, salve se o juiz verificasse, que poderia advir para os filhos prejuízo de ordem moral. No caso de separação consensual fundamentada no acordo de vontades, os cônjuges é quem decidem sobre a guarda, pois são eles os maiores interessados no bem estar dos filhos. Um dos requisitos fundamentais para o encaminhamento da separação consensual é de que os cônjuges façam um acordo relativo a guarda dos filhos, estando previsto no Código Civil, em seu art. 1.121, nº II.

Separados ou divorciados, aos pais cabe dispor de comum acordo sobre a guarda dos filhos menores. Se não houver consenso entre o casal, a decisão caberá ao juiz, que geralmente atribui a guarda a quem revelar melhores condições para exercê-la (art. 1.584) Novo Código Civil.

A prioridade dada é de que os filhos permaneçam com o pai ou a mãe, independentemente de quem tenha solicitado a separação ou a culpa pela separação. O que é examinado, neste caso, é a condição pessoal do guardião, ou seja, condições materiais e morais para assistência e educação dos filhos, não prevalecendo a questão puramente econômica, pois sua falta pode ser suprida por prestação alimentícia a cargo do outro genitor.

A guarda é um dever dos pais e um direito dos filhos porque serve unicamente para o bem destes. Significa geralmente, uma vigilância sobre as ações do filho e seu desenvolvimento moral. Em princípio não é permitido aos pais não ter este encargo, pois o abandono é dito como delito à assistência familiar. A finalidade da guarda consiste em: proteger a inexperiência do filho menor, colocar a sua pessoa e sua vida ao abrigo de eventuais perigos, instruí-los e afastá-los da má influência como também impedir que ele prejudique outrem e responder pelos danos.

Guarda consiste no dever de cuidar, criar, proteger e educar uma criança ou adolescente, deveres estes de suma importância para a inserção do indivíduo na sociedade.

Juntamente com o direito de guarda, tem-se o direito de pai e mãe em cuja guarda os filhos não estejam, de visitá-las e acompanhar o seu desenvolvimento físico e moral. O tempo de visita, dependendo da idade do filho, poderá ser maior ou menor conforme as condições pessoais do genitor, entretanto preza-se para que não haja como um visitante e sim que participe realmente da criação do filho participando e fiscalizando seu desenvolvimento.

Avós, tios e parentes também podem vir a exercer a guarda, porém é recomendada em caso de ausência dos pais ou motivo relevante que não permite aos pais cuidar de seus filhos.

A decisão sobre a guarda dos filhos se constitui em mais um momento doloroso para o casal, porém esta questão não deixa de ser utilizada para afetar o outro e a disputa faz com que o conflito aumente entre o casal.

Os filhos se tornam vítimas do descontrole dos pais, do egoísmo e da insegurança. Existem aqueles que solicitam a guarda para se ver isento da possível pensão alimentícia, que é um direito do filho até que complete 18 anos de idade. Verifica-se que em muitos casos a criança acaba ficando sob a proteção daquele que se diz interessado na guarda, entretanto, ganha a causa, esquece de seu dever e a criança sofre duplamente, com a falta de amor e com o descaso.

Reza no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 33, que a guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais. O § 3º refere-se: “a guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários”. Cabe salientar que o fato de a guarda conferir à criança ou adolescente a condição de dependente, inclusive para fins previdenciários, é consequência da medida e não pode ser utilizada como única motivação para o pedido (SILVA, 2001).

Segundo Bruno e Maróstica (2001, apud ULYSSÉA, 2003), Assistentes Sociais do foro central de Porto Alegre, RS, para se decidir sobre a guarda de uma criança, devem considerar:

- os desejos de cada um dos genitores para solicitar a guarda;
- os desejos da criança quanto ao seu guardião;

- a interação e inter-relação da criança com os progenitores, irmãos ou quaisquer outras pessoas que possam afetar significativamente seus interesses;
- a integração da criança ao lar, à escola e à comunidade;
- as condições de saúde física e mental dos envolvidos;
- qual dos progenitores permite mais facilmente o contato freqüente e continuado da criança com o outro progenitor;
- se um dos pais, ambos os pais ou nenhum dos pais manteve os cuidados básicos com a criança;
- a natureza e a extensão da coerção e da coação usada pelo progenitor em obter a concordância com a custódia.

Diante destas determinações para guarda, ainda cabe colocar a importância de que haja um acordo entre os pais para que os cuidados e guarda dos filhos possam ser compartilhados, dando oportunidade para que a criança possa encarar esta nova condição sem traumas, medos e insegurança, sentimentos que geralmente surgem com a separação dos pais.

#### **1. 4. 2 A Regulamentação de Visitas**

Enquanto não ocorre a dissolução da união dos pais, ou seja, não se separam, não existe o direito de visita regulamentada juridicamente. Este direito surge a partir da ruptura da união, seja ela de fato ou de direito. O direito de visita é consagrado pelo art. 384 do Código Civil, segundo o qual “incube aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores tê-los em sua companhia” (CARVALHO, 1995, p. 164). Esta companhia, assegura o autor, pode ser prolongada, duradoura, diuturna, contínua, e perdura legalmente até a maioridade dos filhos.



A separação do casal corta invariavelmente a convivência dos filhos com os pais de forma dolorosa, pois um deles estará na companhia contínua, ou quase contínua dos filhos, enquanto ao outro restará um acompanhamento fragmentado de convivência. Conseqüentemente, o direito de visita aparece de forma unilateral, uma vez que somente a uma das partes é que cabe realizá-la, podendo desta forma surgir o sentimento de que o tempo estipulado não é o suficiente para que o sentimento de perda dos vínculos seja amenizado, gerando mais descontentamento, pois se alega que o tempo estabelecido não é suficiente para acompanhar o crescimento do filho(s) e, sendo assim, novamente, pais e filhos sentem-se prejudicados. É mais uma etapa advinda da separação que requer uma boa estrutura emocional do casal. Nos primeiros tempos torna-se muito complicado este afastamento, principalmente quando os vínculos são fortes, surgindo neste momento o reconhecimento da dor que acompanha a perda o que pode acarretar aumento do clima de tensão resultante da separação. Entretanto, com o passar do tempo acabam por suportar a nova fase de suas vidas.

Quando a separação do casal ocorre amigavelmente, os cônjuges normalmente decidem sobre o direito de visitas, estipulando em comum acordo, os dias e horários em que os filhos estarão sob os cuidados de quem abriu mão da guarda do filho(s). Quando a separação é realizada litigiosamente, ao juiz caberá esta decisão. As visitas podem ser previamente determinadas pelo casal. Elas são necessárias para que a criança não perca o vínculo com o pai ou mãe. O direito de visita constitui-se numa questão delicada, pois a disputa pelo direito de participar do desenvolvimento físico e moral da criança quase sempre resulta em conflitos entre os pais, que muitas vezes usam o impedimento da visita para punir uma das partes, seja porque o mesmo não contribui financeiramente, seja porque é indiferente à criança. Existem casos em que a proibição da visita é movida por questões graves, como uso de drogas, o que é considerado pelo cônjuge detentor da guarda um risco



para seu(s) filho(s), porém o direito de visita permanece até que se prove a impossibilidade da mesma. Conforme Almada (DINIZ, 1995, p. 193),

Tão grave é o respeito ao direito de visita que não pode o cônjuge, sob cuja guarda ficam os filhos, recusar ao outro o exercício do direito de visita, salvo motivo de suma gravidade. Negativa infundada é inadmissível e pode levar a ter à perda da guarda.

A visita aos filhos juridicamente é considerada um direito e não um dever, pois não se pode obrigar pai ou mãe a visitar os filhos ou a ter um vínculo que jamais existiu enquanto viviam em família. Existem casos em que a solicitação de visitas se dá por problemas pessoais, servindo como forma de infernizar a vida do ex-companheiro e não visando o bem estar do filho. Cabe ao pai ou a mãe que não detêm a guarda do filho preservar sua imagem perante ele, fortalecendo desta forma as relações de amor e afeto junto ao filho que nunca dispensa o apoio físico e moral dos pais. Se os pais não chegarem num acordo de como ocorrerão as visitas, caberá ao magistrado regulamentá-las visando o bem estar da criança e ou adolescente, e neste caso o magistrado conta com o serviço social forense, que por determinação judicial é incumbido de realizar um Estudo Social com o intuito de fornecer elementos fundamentais que contribuirão em sua decisão.

Bruno e Maróstica (*apud* SILVA, 2001, p. 121), citam alguns indicativos que devem ser levados em conta para a fixação de visitas:

- crianças até 18 meses, as visitas devem ser mais curtas e freqüentes, sem pernoites;
- nas férias da criança com o não-guardião apenas a partir do 02 anos, sendo que, até entrar na pré-escola, essas devem ser de, no máximo, duas semanas (uma semana até três anos);
- também deve ser oportunizado à criança pelo menos um contato telefônico com o guardião durante as férias;
- a criança deve ser apanhada, no mínimo, uma hora depois de acordar e retornar no mínimo, uma hora antes da hora habitual de repouso;

- em idade escolar, o esquema de visitação deve levar em conta as atividades escolares e sociais que se iniciam;
- na fase da adolescência, o esquema deve ser flexível o suficiente para permitir que o jovem mantenha suas atividades.

Vale salientar, que quando os pais apresentam desvios de comportamento e nota-se que a criança e/ou adolescente negam serem submetidos às visitas dos pais, as visitas deverão ser realizadas no ambiente forense sob o acompanhamento do assistente social. O direito de visita também pode ser solicitado pelos avós, quando a comunicação entre a família é rompida pela separação do casal ou resulta em desavenças e ressentimentos mútuos. Quando o pedido de direito de visita pela via judicial ocorre por parte dos avós, torna-se claro que os laços familiares já foram rompidos. O fato torna-se um ponto importante a ser averiguado pelo assistente social durante o estudo e este deve tentar uma aproximação entre os membros da família, sempre visando o bem estar da criança e o seu direito ao convívio familiar, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu capítulo III – art 19 - Do direito à convivência familiar e comunitária:

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Conforme Oliveira (2003), o pátrio poder, cuidado no art. 379 do Código Civil de 1916, muda de nome no Novo Código Civil, art. 1.630, passando a denominar-se Poder Familiar, com exercícios igualitários pelos pais em face dos filhos menores. Igualmente o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 21, define que o Poder Familiar é exercido pelos pais, em igualdades de condições.

Este exercício compete aos pais durante o casamento ou união estável. A dissolução da união estável assim como a separação judicial e o divórcio, não alteram as relações entre pais e filhos, pois mesmo separados o poder familiar persiste, embora com deferimento da guarda a um deles e resguardo do direito de visitas ao outro.

#### **1. 4. 3 O Alimento**

Quando se configura a união estável entre os cônjuges, devem estes a mútua assistência, como direito e dever que são inerentes à proteção da família constituída. Na separação do casal a lei torna a pensão para os filhos menores uma obrigação. Nem mesmo o desemprego torna-se motivo para o cancelamento da pensão. A solicitação de alimentos pelos casais separados ou daqueles nascidos fora da união não se consubstancia somente no que diz respeito a alimentação, envolve também vestuário, educação, saúde e lazer. Àquele que não fica com a guarda do filho cabe o dever da ajuda para alimentos. A fixação da prestação alimentar obedece ao critério de proporção entre as necessidades de quem pede e os recursos da pessoa obrigada, conforme dispõe o § 1º. do Novo Código Civil.

Quando as condições financeiras se alteram a quantia fixada pode ser alterada, diminuída, suspensa ou extinta.

O pedido de alimentos pode ser feito nas ações entre pessoas casadas ou com vínculo de filiação reconhecido. No art. 397 do Código Civil está explícito o direito à prestação de alimentos entre pais e filhos, extensivo aos ascendentes. Diante do princípio de igualdade em que se situam homem e mulher, compete a ambos colaborar no sustento próprio e do outro, na medida das forças e necessidades de cada um (OLIVEIRA, 2003). Enquanto durar a convivência do casal este direito dever permanecer. Quando este dever não é cumprido, seja por desleixo, por omissão, é considerado um ato de grave infração da

união, podendo justificar a dissolução do mesmo. Quando ocorre a separação do casal este dever persistir, sendo um dos cônjuges obrigado a alimentar e dar assistência ao companheiro necessitado.

Os alimentos são efetuados em prestações na forma de pensão devida por um dos companheiros aos filhos para atendimento de suas necessidades básicas de sobrevivência. O atendimento integral às necessidades básicas de uma pessoa abrange os seguintes itens a cargo do alimentante de acordo com sua capacidade financeira e o grau de necessidade do assistido: sustento, moradia, vestuário, saúde, educação, transporte, lazer.

Os filhos maiores de 18 anos devem obter, pelos próprios meios os recursos para sua sobrevivência, sendo que em casos excepcionais poderão solicitar aos pais os alimentos. Já os filhos menores devem ser mantidos pelos pais. Na separação consensual, a lei torna a ajuda de alimentos aos filhos menores uma cláusula obrigatória e nem mesmo o desemprego, o rendimento impreciso ou a remuneração pequena são empecilhos para se excluir este encargo.

O Novo Código Civil traz taxativa disposição no sentido da irrenunciabilidade dos alimentos, abrangendo não só os parentes, como também os cônjuges e companheiros. O art. 1.707 dispõe: “Pode o credor não exercer, porém lhe é vedado renunciar o direito a alimentos, sendo o respectivo crédito insuscetível de cessão, compensação ou penhora”.

O direito aos alimentos é indisponível e, portanto, não poderão os pais abrir mão de um direito que é do(s) filho(s).

## 2. A MEDIAÇÃO FAMILIAR

### 2. 1 Conceituando a Mediação Familiar

Diante das transformações que a sociedade sofre desde a Revolução Industrial (a evolução dos costumes, a crescente presença do trabalho feminino no mercado) acabaram por marcar profundamente o papel do homem e da mulher na sociedade e conseqüentemente no relacionamento do casal. As mudanças e evoluções dos costumes resultaram no aumento da instabilidade conjugal, na monoparentalidade e na recomposição familiar. Diante deste contexto, segundo Ávila (2002, p. 05) “[...], percebe-se que, legais ou não, as uniões tornaram-se mais instáveis. Divórcios e separações são cada vez mais numerosos e as uniões duram cada vez menos [...]”. “[...] a mediação familiar vem para proporcionar aos indivíduos uma separação menos traumática e mais humana [...]”.

Quando um casamento ou uma união conjugal chega ao seu fim, é normal que os cônjuges discordem sobre certos aspectos, parentais ou financeiros, e até mesmo não saibam como agir neste momento de ruptura. Conseqüentemente, várias questões aparecem como: quem fica com a guarda dos filhos, quem ficará com o domicílio familiar, como dividir os bens, entre outros. A mediação familiar insere-se numa orientação de sociedade que encoraja a autopromoção, a comunicação e a responsabilidade e que visa uma mudança cultural no que diz respeito ao poder dos indivíduos de tomar suas próprias decisões, em vez de solicitar um terceiro que decida por eles (ÁVILA, 2002).

A mediação tem como propósito orientar os casais para que resolvam seus conflitos baseados na cooperação e não na competição. Além de se apresentar como uma nova forma de abordagem jurídica, a mediação é uma alternativa ao sistema tradicional do judiciário para tratar os conflitos. Pois segundo Irving e Benjamim (1987 apud ÁVILA,

2002), o sistema judiciário tende a confrontar as partes em litígio, ocasionar batalhas inúteis, prolongar os conflitos e enfraquecer o relacionamento durante e depois da separação.

A mediação familiar é uma prática de intervenção multidisciplinar de resolução de conflitos, aliando os aspectos legais, sociais e psicológicos. Ela atende questões familiares relacionadas à separação, divórcio, pensão alimentícia, dissolução de união estável, divisão de bens, regulamentação de visitas, guarda, transferência de guarda e reconhecimento de paternidade. A mediação familiar é um processo que preserva o relacionamento do casal, é rápido e eficaz, além de sigiloso, o que leva as pessoas a se sentirem beneficiadas no processo.

Apresenta ainda como vantagens:

- ser uma via menos formal, mais rápida e econômica de alcançar um acordo;
- permite uma melhor comunicação entre as partes;
- diminui o número de processos litigiosos;
- reduz o sentimento de hostilidade e ansiedade;
- leva as pessoas a encontrarem por si mesmo o que lhe parecer mais adequado frente ao caso concreto, sem submeter-se à decisão de um terceiro.

Conforme Ávila (2000, p. 15), a mediação tem por objetivo: responsabilizar os pais em sua tomada de decisão, diminuir os conflitos advindos da separação, manter a comunicabilidade parental levando sempre em consideração o bem-estar das crianças e a manutenção de vínculos entre pais e filhos e, por fim, oferecer um serviço apropriado à família que vive a separação, ajudando-a a reorganizar-se.

O processo de mediação diferencia-se da arbitragem e da resolução Judicial, pois não transfere o poder decisório a um terceiro, mantendo o poder de decisão entre as partes envolvidas.

Antes de iniciar os passos da mediação, o processo é apresentado aos participantes durante uma triagem, que tem o objetivo de informar o que é a mediação, suas etapas e avaliar se as questões trazidas são ou não indicados ao emprego da mediação. É o momento também da escolha da data e horário que serão atendidos.

Segundo Lévesque (1998 apud ÁVILA, 2002), são seis as etapas do processo da mediação familiar que ajudarão nas intervenções do mediador:

- **A introdução ao processo de mediação.** - Ocorre no primeiro encontro, quando o mediador apresenta os objetivos e as exigências da mediação e explica o seu papel. Durante esta fase, o mediador deve criar um clima de confiança favorável à resolução dos conflitos, mesmo que os participantes estejam sob a influência de sentimentos de ira, decepção, frustração e vingança. Ele instaura a sua imparcialidade e suscita a motivação do casal de modo a instalar um clima de colaboração no lugar da competição;

- **A verificação da decisão de separação ou de divórcio.** - Durante esta segunda fase, o mediador promove uma discussão sobre a decisão de separação e procura saber se é uma decisão mútua ou unilateral. Nesta etapa, é importante permitir a expressão dos sentimentos e uma volta aos pontos negativos da relação. A tarefa do mediador consiste em identificar a natureza dos conflitos escondidos ou dos expressos abertamente pelo casal. O objetivo do mediador é assegurar-se de que a decisão seja suficientemente pensada e compreendida, e, por outro lado, conhecer os cônjuges e sua dinâmica, para acompanhá-los na tomada de decisões;

- **A negociação das responsabilidades parentais.** - Esta fase diz respeito aos acordos relativos às crianças: visitas, férias, residência etc. A meta é tomar as melhores



decisões a fim de garantir o bem-estar delas. Neste período o mediador deve conhecer o impacto da separação nas crianças, bem como suas necessidades, e empregar estratégias para guiar os pais, apontar opções e escolhas. Enfatiza-se a necessidade de serem informadas a respeito, pois é normal que os pais não saibam conversar com seus filhos, e o mediador pode ajudá-los quando necessário. O mediador tenta ressaltar os interesses comuns e as necessidades mútuas, já que as crianças precisam de seus dois pais, pois ambos têm um papel fundamental no desenvolvimento harmonioso de <sup>o</sup> seus filhos.

- **A negociação da divisão dos bens.** - Na fase da divisão dos bens, o mediador tem de saber o que pertence ao patrimônio familiar. O objetivo é a repartição equitativa e justa dos bens de acordo com as necessidades de cada cônjuge. O mediador deve fazer com que as partes estejam bem informadas sobre seus direitos e suas obrigações. Esta fase simboliza a concretização da separação, e é normal então que os cônjuges estejam em dúvida quanto à decisão de separar-se;

- **A negociação das responsabilidades financeiras.** - Durante esta fase, ligada à organização da vida após a separação, examina-se a situação financeira dos cônjuges para verificar suas necessidades econômicas e a possibilidade de arcarem com as despesas;

- **A redação do projeto de acordo.** - Esta fase está relacionada ao conteúdo e à visualização dos pontos acordados. O mediador redige as decisões tomadas durante os encontros de mediação utilizando uma linguagem simples e coerente. O acordo será constituído pela identificação dos cônjuges e de seus filhos

As etapas seguem uma ordem cronológica que não é rígida nem linear. Cada fase comporta os seguintes elementos: a identificação dos bens em litígio, a coleta de informações, a criação de opções e de tomada de decisão. Além disso, o processo de mediação exige um clima de confiança e uma relação positiva entre o mediador e os participantes, uma divulgação honesta das informações e o respeito pela equidade com o



equilíbrio dos poderes. A mediação pressupõe entrevistas conjuntas em que se privilegiam os princípios da comunicação que exigem a participação de ambos os cônjuges.

### **O que é o mediador?**

O mediador não é um conselheiro conjugal nem um terapeuta. Ele cuida das questões práticas na resolução dos conflitos. Portanto, trata-se de uma pessoa preparada, com formação em mediação e que terá o papel de ser a pessoa que, imparcialmente, é escolhida pelas partes envolvidas no conflito e que vem a facilitar o diálogo e a negociação, promovendo e ampliando alternativas para resolver ou prevenir conflitos. Entretanto, as partes envolvidas permanecem autoras da solução de seus conflitos. As principais diferenças entre mediação familiar e terapia familiar seguem no quadro explicativo.

PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE MEDIAÇÃO FAMILIAR E TERAPIA FAMILIAR		
	Mediação Familiar	Terapia Conjugal
CARACTERÍSTICAS	Processo breve visando a solucionar amigavelmente a ruptura conjugal	Processo com maior duração, visando a provocar mudanças mais profundas no comportamento dos indivíduos no momento de uma ruptura conjugal ou de uma mudança de relacionamento entre o casal com intenção de uma reconciliação.
OBJETIVOS	Permitir aos cônjuges que negociem eles mesmos as consequências da ruptura num contexto de igualdade e de cooperação.  Reorganizar a vida familiar depois da separação, favorecendo o bem estar dos pais e dos filhos.	Permitir aos indivíduos a expressão de seus sentimentos.  Resolver os problemas familiares objetivando mudanças de comportamento.
OBJETOS DE INTERVENÇÃO	Problemas concernentes à separação, focalizados no presente e no futuro (acordo sobre as responsabilidades parentais e financeiras).  Tarefas a serem realizadas para a resolução do conflito	Problemas pessoais ou conjugais anteriores ou passados.  Expressões de sentimentos e problemas internos ligados ao conflito
PAPEL	Identificar as reais necessidades do casal e de seus filhos no momento da separação	Procurar as causas dos problemas ou dos desentendimentos conjugais
ESTRATÉGIAS	Diminuir o impacto do conflito e manter o desejo de trabalhar e resolver as questões em litígio	Acabar com o conflito e mudar o relacionamento do casal

Fonte: Ávila, 2002 p. 27.

A solução negociada com o auxílio do mediador deve satisfazer todos os participantes na disputa, valendo ressaltar que o mediador tem um código de Ética que o impossibilita de exercer seus conhecimentos de base para orientar os envolvidos na mediação. O mediador deverá conduzir o processo de forma imparcial, procurando transmitir confiança e competência.

Segundo Abreu (2003), é atribuição do mediador identificar a necessidade de consulta a outros profissionais, que possam contribuir com seus conhecimentos na ampliação de informação, ou destruição de impasses sem, no entanto, indicá-los nominalmente. Cita ainda que a “[...] imparcialidade é uma condição fundamental ao

mediador, não podendo existir qualquer conflito de interesses ou relacionamento capaz de afetá-las [...]”(ABREU, 2003, p. 54).

A mediação pode ser utilizada por pessoas físicas, empresas, organizações, instituições, que estejam em situação de conflitos ou disputas, e que gostariam, através de uma negociação pacífica ou como forma de prevenção, resolver o problema em questão.

Quem participa da mediação são aqueles que tem o poder de decisão, e quando os mesmos não puderem comparecer quem se torna responsável pela atuação são os seus representantes legais.

[...] assentada na autonomia da vontade das pessoas, a mediação tem seu início, curso e término a ela sujeita, pressupondo, com isso, a disponibilidade dos envolvidos para rever a posição adversarial em que se encontram. [...] passível de anteceder ou suceder a resolução judicial, a mediação pode instalar-se no seu curso, como instrumento complementar, possibilitador de mudanças relacionais e conseqüentes dissolução da lide [...]”(ABREU, 2003, p. 56).

Os acordos realizados na mediação ganham linguagem jurídica antes de serem encaminhados para a homologação e a aqueles que não conseguem chegar a um acordo, é dado o livre arbítrio para escolher a resolução judicial para os itens não acordados.

Algumas estratégias são utilizadas em mediação. Segundo Ávila (2002), o mediador dirige os procedimentos estabelecendo as seguintes estratégias para que os indivíduos tomem, eles mesmos suas próprias decisões: A primeira tarefa do mediador é dirigir ativamente a entrevista. Ele estabelece sua credibilidade, sugere e assegura o desenvolvimento da mediação, assumindo o controle. Ele cria uma atmosfera agradável, interrompe uma discussão não apropriada e permite aos indivíduos sentirem-se à vontade para exprimir seu ponto de vista.

Em segundo lugar, estabelece uma relação positiva baseado sobre a empatia, o calor humano e o respeito pelo outro.

Como terceiro passo, o mediador cria o ambiente, pois normalmente os participantes não se apresentam em seu melhor estado emocional. Eles se sentem freqüentemente em competição um com o outro, com cada um querendo fazer triunfar seu ponto de vista. A escuta ativa contribui para o desenvolvimento de uma relação positiva entre o mediador e participantes e permite melhores resultados.

Em quarto lugar, o mediador deve gerenciar a agressividade, pois esta é um desafio constante na mediação, causada pelos sentimentos de frustração inerentes à experiência da ruptura.

Outro ponto considerado importante como estratégia de mediação é a comunicação. Ela é essencial, pois normalmente a falta de comunicação entre os cônjuges, ou uma comunicação não apropriada, é causa das dificuldades conjugais e conseqüentemente levam a decisão de uma separação ou divórcio.

## **2. 2 O Surgimento da Mediação Familiar no Fórum da Capital**

O surgimento do serviço de mediação familiar no Fórum da Capital foi fruto da gestão do Desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira, que teve como lema “A humanização do Judiciário”. Com esse princípio de humanização foi elaborado um projeto piloto de implementação e implantação do Serviço de Mediação Familiar para atender as demandas nas Varas de Família do Fórum da Capital.

O projeto é oriundo de uma dissertação de mestrado coordenado pela Assistente Social Eliedite Mattos Ávila, apresentada à Universidade de Montreal, denominada “Transferência de Práticas de Mediação Familiar: Um Estudo Quebec-Brasil”.

O serviço de mediação familiar foi implantado em setembro de 2001, na qualidade de projeto piloto nas Varas de Família do Fórum da Capital e tem como objetivo, avaliar essa prática de forma que se possa estendê-la às demais comarcas do Estado, de maneira ordenada e uniforme (ÁVILA, 2002).

O Tribunal de Justiça promoveu cursos de sensibilização de Métodos Não Adversários de Resolução de Conflitos para todos os magistrados catarinenses. Concomitantemente, aos assistentes sociais judiciários, psicólogos e pedagogos, parceiros do Judiciário nesse trabalho, foi ministrado um curso de formação de base em *mediação familiar*.

O Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, considerando a experiência bem sucedida em países como Canadá, Estados Unidos e Inglaterra em relação à utilização de métodos alternativos e não adversariais de resolução de conflitos instituiu o Serviço de Mediação Familiar pela Resolução de nº. 11/2001 TJ/SC.

Esse serviço tem como proposta de trabalho, oferecer aos envolvidos nas questões familiares, um método estruturado de resolução de conflitos mais ágil, acessível e menos traumático. Neste sentido, o Serviço de Mediação Familiar instituído nas comarcas, e executado por equipe multidisciplinar composta por Assistentes Sociais, Psicólogos e Advogados, há que contribuir para o efetivo atendimento desses casos tão complexos e na maioria das vezes desgastantes para os pais, filhos e outros envolvidos.

Um acordo elaborado durante as sessões de mediação de acordo com a vontade das pessoas envolvidas - o principal objetivo - tem mais garantias de eficácia do que um acordo firmado em audiência judicial, onde os envolvidos não têm a oportunidade de pensar e repensar na situação. Assim, deixa-se nas mãos do magistrado apenas o que não foi possível acordar através da mediação.

## **2. 3 O Serviço Social na Mediação Familiar**

O Fórum Desembargador Rid Silva – da Comarca da Capital reserva seu atendimento somente para moradores da Ilha. O Serviço Social do Fórum da Comarca da Capital tem seu atendimento voltado aos indivíduos envolvidos em processos judiciais nas varas de Família, além do atendimento ao público que vai a busca de orientações de ordem familiar. Os serviços Forenses atendem a diversos perfis de usuários, sejam eles, indivíduos advindos de ações de ordem pública, ou privada. Aqueles que utilizam o serviço social do Fórum são pessoas, na maioria das vezes, desprovidas de posses e/ou desfavorecidas economicamente.

O setor de Serviço Social foi implantado no Fórum de Justiça da Capital em 1981, estando subordinado aos juízes da 1ª e 2ª Vara da Família, Órfãos e Sucessões, em decorrência da necessidade de serem trabalhadas situações de ordem psicossocial, apresentadas por grande número de pessoas que procuram este Fórum. Sendo de competência do setor Judiciário o aspecto legal da situação em questão, sentiu-se a necessidade do trabalho complementar, integrando o setor jurídico com o social.

O Serviço Social do Fórum da Capital tem como atribuições:

- atender individualmente oportunizando dar esclarecimentos, orientações ou mesmo encaminhamentos internos ou externos, conforme o necessário;
- realizar visitas domiciliares em cumprimento à determinação judicial;
- acompanhar a visita da criança ou adolescente a um dos pais ou avós, no local, dia e hora fixados pelo juiz, a fim de observar o comportamento e o relacionamento das partes envolvidas;
- participar de audiências quando intimado pelo juiz;

- realizar estudo social em cumprimento à determinação judicial, com o objetivo de fornecer subsídios para que o juiz dê a sentença. É comum a realização destes estudos em casos de transferências e pedidos de guarda, de regulamentações de visitas, de separações judiciais litigiosas, entre outros; e,
- coordenar a partir de 2001, o setor de mediação familiar e atuar como mediador.

Dentre as atribuições do Serviço Social, a coordenação e o atendimento no setor de Mediação Familiar, este por sua vez, limita-se a atender usuários que possuam renda mensal de até dez salários mínimos, como prevê o Projeto Piloto de Mediação Familiar nas Varas de Família na Comarca da Capital, elaborado por Eliedite Mattos Ávila, em março de 2001.

Partindo do pressuposto de que o Serviço Social tem como objetivo de intervenção as refrações da questão social, o Assistente Social tem como objeto de trabalho nas Varas de Família, as contradições vividas pela família contemporânea. O Serviço de Mediação Familiar tem como proposta de trabalho oferecer um método estruturado de resolução de conflitos aos envolvidos em questões familiares.

As pessoas que procuram o Serviço Social do Fórum geralmente vêm em busca de conhecimentos acerca de seus direitos e, provavelmente, já peregrinaram diversas instituições públicas ou comunitárias. Assim, quando chegam ao fórum, trazem consigo elevado grau de expectativa de êxito.

Conforme se der à acolhida pelo entrevistador, ambos conseguirão ou não atingir seus objetivos: o usuário, de receber a informação correta e os encaminhamentos necessários, ou subjetivamente, de receber a especial atenção sobre sua situação; o

entrevistador, de ter conseguido usar a entrevista como forma de ajudar efetivamente a pessoa que o procurou, ao compreender o outro, com o melhor senso de humanidade possível.

No que diz respeito à relação do trabalho do Serviço Social Forense, especificamente nas varas de família, com as políticas setoriais tem por base o que diz Silva (2001):

É importante para o trabalho do Serviço Social Forense ter políticas sociais integradas que atendam as reais necessidades das famílias usuárias, para isso, é necessário uma prática profissional competente, não só no sentido de atender as famílias dentro de suas especificidades, mas também no sentido de fazer da prática cotidiana uma prática de natureza investigativa. Esta é que poderá subsidiar a implementação e avaliação de políticas e programas sociais que atendam aos ideais já propostos na formulação de algumas políticas e que sejam adequadas a realidade.

Partindo da idéia de que a intervenção profissional no judiciário dá-se em cima de questões jurídicas essencialmente sociais, bem como indivíduos em situação de crise familiar, a intervenção é feita em conjunto, ou seja: o Assistente Social esclarece dúvidas, fornece informações, realiza estudos sociais, visitas domiciliares e faz encaminhamentos para recursos competentes da área sócio-jurídica, embasados na Constituição Federal de 1988, Código Civil e Estatuto da Criança e do Adolescente.

Dentre alguns elementos destacados por Silva (2001) o perfil do Assistente Social Judiciário requer: dinamismo e capacidade de canalizar as demandas sociais para os setores competentes, mobilizando a criação e/ou implementação de políticas públicas e programas que respondam à realidade com eficácia e eficiência.

Na mediação, inicialmente é feita uma triagem no setor através do estagiário. O primeiro contato é de extrema importância, considerando que, neste primeiro momento, é comum o usuário chegar ansioso, ter pouca disposição de ouvir, conforme a sua



necessidade de falar. Após ouvi-lo, o estagiário faz uma breve entrevista a fim de preencher o cadastro para mediação familiar, ou conforme seu caso, encaminhar para a defensoria dativa (advogado). A primeira tarefa do mediador é dirigir ativamente a entrevista, onde estabelece sua credibilidade, sugere uma direção e assegura o desenvolvimento da mediação. A entrevista permite a obtenção de informações contidas na fala das pessoas.

Psicólogos, Sociólogos, Pedagogos, Assistentes Sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação.

Conforme Resolução do CFESS nº 273/ 93, de 13 de março de 1993, um dos princípios fundamentais do assistente social é o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o seu aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

Segundo Silva (2001), o Serviço Social é uma das profissões que têm no relacionamento interpessoal seu maior instrumento de intervenção. Especialmente no ambiente do “plantão”, onde são recebidas pessoas em busca de informação e orientação acerca dos seus direitos, a forma de abordagem pode ser determinante para que o assistente social contribua ou não para o exercício da cidadania.

Tem-se como fator de relevância para o bom atendimento do usuário o local ou a sala onde se dá a entrevista. Silva (2001), cita que no código de ética do Serviço Social, em seu artigo 7º, é preconizado o direito do assistente social à condições dignas de trabalho para garantir a qualidade do exercício profissional. E que ao usuário se estende tal direito, de ser atendido em ambiente que lhe garanta privacidade e atenção.

Na fase de acolhida do usuário, ou seja, na triagem da Mediação Familiar, primeiramente nos os identificamos e realizamos registro em livro sobre o atendimento

realizado e, quando necessário, o preenchimento de questionário. Esse procedimento deve ser bem explicado ao usuário para que não se sinta constrangido e entenda realmente o objetivo de tal registro.

No caso de encaminhamento, salienta Silva (2001), que o conhecimento da realidade e dos serviços comunitários, do seu funcionamento e dos critérios para inclusão, devem fazer parte do saber profissional, pois isso evitará o desrespeito de encaminhar o entrevistado a lugares que não o atenderão em suas necessidades ou que passarão a intervir no seu sistema familiar de forma, às vezes, negativa.

Benjamin (1998, apud SILVA, 2001), faz uma observação de caráter prático:

Se precisar entrevistar diversas pessoas num mesmo dia, intercale alguns minutos entre as entrevistas para escrever ou fazer anotações. Pense cuidadosamente sobre o que ocorreu até o momento, ou então relaxe e se prepare para a próxima pessoa. Pois, de outra maneira, você poderá estar falando mentalmente com o entrevistado A, enquanto o entrevistado B está ali sentado, com direito a receber sua atenção integral.

Silva (2001), coloca como atitudes essenciais do assistente social na entrevista de plantão:

- Estar ali por inteiro, presente;
- Demonstrar respeito pelo entrevistado;
- Demonstrar aceitação pelo entrevistado, eximindo-se de atitudes de pré-julgamento;
- Compreender o outro, com o melhor senso de humanidade possível;
- Conseguir empatia – demonstrar a compreensão para com o sentimento do entrevistado, preservando o eu do entrevistador e,
- Ouvir, que segundo Benjamin (in SILVA, 2001 p. 26), significa “escutar o modo como as coisas estão sendo ditas, o tom usado, as expressões e os gestos

empregados. E mais: ouvir inclui o esforço de perceber o que não está sendo dito, o que é apenas sugerido, o que está oculto, o que está abaixo ou acima da superfície. Ouvimos com nossos ouvidos, mas escutamos também com nossos olhos, coração, mente e vísceras”.

Também é através do primeiro contato do usuário com a instituição que deve ser estabelecida a relação de empatia, o que possibilita uma melhor investigação do problema e a intervenção coerente na questão.

Assim, qualificando a acolhida do usuário, que no setor de mediação familiar do Fórum da Capital cabe ao estagiário, aumentam significativamente as possibilidades de chegar a uma solução satisfatória para as partes envolvidas no processo durante as sessões de mediação.

### **3. OS REFLEXOS DA OPÇÃO PELO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR**

#### **3.1 A Metodologia do Estudo**

Visando conhecer como está atualmente o relacionamento dos casais que utilizaram o serviço de mediação, ou seja, se o acordo firmado está sendo cumprido, formulamos um questionário que foi aplicado com 10 casais, embora o universo de atendimento no serviço de mediação familiar seja considerável, aproximadamente no ano de 2002 foram homologadas 174 separações, e no ano de 2003, 193 separações. Sendo assim, tivemos que optar por parte dele, selecionando ano e mês em que foram homologados.

Utilizamos o método de pesquisa documental, que segundo Gil (2003), assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica que é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Consultamos os arquivos das ações homologadas e realizamos um levantamento por amostragem. De modo geral, segundo Gil (2003), as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por esta razão, nas pesquisas sociais é freqüente trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo. Na pesquisa social são utilizados tipos de amostragem, que podem ser classificados em dois grandes grupos: probabilística e não probabilística. O tipo de amostragem probabilística que utilizamos foi à aleatória simples que consiste em atribuir a cada elemento da população um número

único para depois selecionar alguns desses elementos de forma casual. Partindo destes arquivos, selecionamos aleatoriamente dez casais que utilizaram o serviço de Mediação Familiar no Fórum da Capital para efetuarem sua separação conjugal e dissolução de união estável entre o ano de 2002 e 2003, nos respectivos meses de setembro, outubro e novembro.

No período dos três meses do ano de 2002 o universo de ações homologadas para casos de separações e dissolução de união estável foi de quarenta e quatro. Já nos três meses do ano de 2003 foi de quarenta e seis ações. Diante disto desenvolvemos um questionário e realizamos a entrevista com os casais individualmente, através de contato telefônico.

Pode-se definir questionário como uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões. Os questionários, na maioria das vezes, são propostos por escrito aos respondentes e costumam, nesse caso, ser designados como questionários auto-aplicados. Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista facilita a obtenção de informações (GIL, 2003).

O método de entrevista via telefone nem sempre foi tido como eficiente. A principal razão para esta opinião era de que no passado (década de 60), nem todas as pessoas tinham acesso ao telefone, porém, na atualidade este quadro se modificou, e as entrevistas por telefone passaram a ser mais aceitas como procedimento adequado para pesquisa em ciências sociais. As principais vantagens da entrevista por telefone, em relação à entrevista pessoal são: custos mais baixos; facilidade na relação da amostra; rapidez; maior aceitação dos moradores das grandes cidades, que temem abrir suas portas para estranhos; possibilidade de agendar o momento apropriado para a realização da entrevista; facilidade de supervisão do trabalho dos entrevistadores. (GIL, 2003, p. 122).

Com relação à técnica de levantamento de dados, Gil (2003) nos aponta que dentre as principais vantagens estão: conhecimento direto da realidade, economia, rapidez e quantificação.

### 3.2 Questionário Aplicado

Para esta etapa do trabalho elaboramos um questionário que foi aplicado através da utilização da pesquisa via telefone, tendo como objetivo verificar junto aos ex-casais se o acordo firmado através da Mediação Familiar está sendo cumprido ou não, assim como também saber como estão o (s) filho (os), após decorridos dois anos da homologação de sua separação. Para tanto, as perguntas questionavam sobre a satisfação do casal com relação ao acordo, se estava sendo cumprido ou não, se tiveram a oportunidade de expressar seus sentimentos, assim como também se foi dado a oportunidade de ouvir e ser ouvido, entre outras.

Considerando as ações homologadas em casos de dissolução de união estável e separação no período entre setembro e novembro do ano de 2002 e 2003. Apresentamos o resultado da pesquisa.

**Tabela 01 - ATENDIMENTO POR GÊNERO**

<b>Sexo</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Mulher	10	<b>50%</b>
Homem	10	<b>50%</b>
Total	20	<b>100%</b>

Fonte: Questionário anexo (Anexo I).

A tabela 01 demonstra o número de casais que foram entrevistados: 10 casais sendo assim, 10 Homens e 10 Mulheres.

**Tabela 02 - NATUREZA DAS AÇÕES HOMOLOGADAS**

<b>Natureza</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Separação Judicial	06	<b>60%</b>
Dissolução de união estável	04	<b>40%</b>
Total	10	<b>100%</b>

Fonte: Questionário anexo (Anexo I).

Com relação à natureza das homologações, verifica-se que o percentual maior ocorre nos casos de separação judicial, apesar de os índices representarem uma diferença bastante pequena. Mesmo com a pesquisa não apresentando números relacionados à efetivação das uniões, no que diz respeito as suas dissoluções, pode-se concluir que ainda prevalece, em maior número, a prática da união via casamento no civil.

**Tabela 03 – FAIXA ETÁRIA**

<b>Faixa Etária</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>	<b>%</b>
20 anos á 30 anos	03	07	<b>50%</b>
31 anos à 40 anos	04	03	<b>35%</b>
51 anos à 60 anos	02	00	<b>10%</b>
41 anos a 50 anos	01	00	<b>5%</b>
Total	20	20	<b>100%</b>

Fonte: Questionário anexo (Anexo I).

A tabela 03 demonstra que as separações conjugais ocorrem com mais frequência entre pessoas de faixa etária mais baixa, fato também confirmado por nós no atendimento no serviço de triagem da mediação familiar. Entre os entrevistados, metade está na faixa etária entre 20 e 30 anos de idade, o que demonstra que, quanto menor a experiência de vida dos indivíduos, menor é a sua preparação para enfrentar a vida conjugal e para aceitar os problemas gerados por ela.

Quanto maior a faixa etária, menor à incidência de separações ou dissoluções, donde conclui-se que a maturidade exerce importância crescente no sentido da manutenção das uniões conjugais.

**Tabela 04 – GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO ATENDIMENTO**

<b>Grau de Satisfação</b>	<b>%</b>
Satisfeito	<b>60%</b>
Muito satisfeito	<b>40%</b>
Pouco satisfeito	<b>00%</b>
Insatisfeito	<b>00%</b>
Total	<b>100%</b>

Fonte: Questionário anexo (Anexo I).

A análise do resultado da questão 4, em que os satisfeitos e muito satisfeitos completam a totalidade dos entrevistados, não deixa dúvidas quanto a validade do serviço oferecido aos casais em processo de separação ou dissolução de união estável. Isto confirma que a separação baseada nos princípios da cooperação mútua, em contrapartida com a separação litigiosa, onde prevalece a competição entre as partes, é menos traumática. Confirma, também, não só a importância do serviço de mediação familiar, como a competência dos mediadores no auxílio da formulação dos acordos realizados pelos casais.

**Tabela 05 – VANTAGENS DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR**

<b>Opções da Pergunta nº 04</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Houve disponibilidade de tempo para conversar e expor seus problemas durante as sessões de Mediação.	20	<b>100%</b>
Conseguiram dialogar de maneira mais civilizada.	20	<b>100%</b>
Cada um teve o seu tempo para falar e ser escutado.	20	<b>100%</b>
Foi dada a oportunidade de tomarem as suas próprias decisões em relação ao conflito exposto.	20	<b>100%</b>

Fonte: Questionário anexo (Anexo I).



As questões colocadas na tabela 5 dizem respeito às oportunidades oferecidas ao casal para dialogarem e concluírem sobre a melhor decisão a ser tomada. O resultado, demonstra que a mediação dá oportunidade ao casal de conversarem sobre seus próprios problemas de maneira civilizada, onde cada um tem oportunidade de expor seus pontos de vistas, anseios e dúvidas relacionadas ao seu futuro. Como resultado, todos concordam que a mediação lhes deu a oportunidade de tomarem suas decisões sem a influência de terceiros.

Daí, conclui-se que é vantajosa a utilização do serviço de Mediação. Diante da unanimidade, também podemos perceber e confirmar que, quando é dado ao outro a oportunidade de resolver seus conflitos os resultados tendem a ser positivos.

**Tabela 06 – PERGUNTAS 02, 03, 05 e 07**

<b>Perguntas 02, 03, 05 e 07.</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>%</b>
O Mediador Familiar soube escutar e acompanhar as suas decisões?	20	0	<b>100%</b>
O Mediador Familiar facilitou um diálogo entre o Casal?	20	0	<b>100%</b>
O Acordo Homologado está sendo Cumprido?	18	02*	<b>100%</b>
Você recomendaria o serviço de mediação familiar, mesmo que este não fosse prestado gratuitamente?	20	00	<b>100%</b>

Fonte: Questionário anexo (Anexo I).

\* O acordo não foi cumprido porque eles se reconciliaram.

As perguntas constantes na tabela 6 visam obter dos casais atendidos pelo serviço de mediação familiar, opiniões a cerca do serviço prestado pelo mediador.

Nas duas primeira, foi positiva e unânime a participação do mediador, tanto como ouvinte dos anseios individuais, como facilitador do diálogo entre as partes, segundo a opinião dos entrevistados.

A terceira resposta não obteve unanimidade favorável pelo fato de um dos casais ter optado pela reconciliação, fato que se sobrepõe ao que foi determinado na homologação da separação. Os demais 18 envolvidos não têm reclamações em relação ao cumprimento do acordo homologado, o que demonstra, mais uma vez que, a opção pelo acordo amigável é mais tranquila.

A quarta resposta é o coroamento do trabalho realizado pela mediação familiar. Todos são unânimes em recomendar o serviço, mesmo que para isto tenham que dispor de pagamento para a sua realização.

Entretanto, é de suma importância a constatação da eficiência e do interesse sobre os conflitos familiares dispensados pela equipe multidisciplinar (Assistentes Sociais, Psicólogos, Advogados, e juizes) do Fórum da Capital.

**Tabela 07 - COMO VOCE AVALIA SUA SEPARAÇÃO ATRAVÉS DO ACORDO REALIZADO NA MEDIAÇÃO NO TOCANTE AO COMPORTAMENTO DE SEU (S) FILHO (S)?**

Obs: Dos 10 casais submetidos a pesquisa, dois não têm filhos. O resultado abaixo considera somente o universo dos casais com filhos.

Pergunta 06				
	Mãe		Pai	
Foi traumático	6	75%	3	37,5%
Não foi traumático	2	25%	5	62,5%
Total	8	100%	8	100%
Está (ão) tranquilo (s)	7	87,5%	7	87,5%
Não está (ão) tranquilo (s)	1	12,5%	1	12,5%
Total	8	100%	8	100%

Fonte: Questionário anexo (Anexo I).

Devemos levar em consideração que a separação do casal geralmente compromete o relacionamento e a manutenção dos vínculos afetivos entre pais e filhos, se comparado com períodos de harmonia conjugal. O estremecimento da relação é mais forte durante o período que antecede a decisão sobre a separação e, em muitos casos, a diminuição do

contato entre pais e filhos, após a efetivação da ruptura, faz com que aflorem sentimentos de mágoa e indiferença entre os ex-cônjuges. Como reflexo, o que quase sempre sobra para os filhos são sentimentos de raiva, hostilidade, agressão, medo, angústia e culpabilidade pela separação dos pais. O filho passa a se sentir mal amado por ambos, o que pode vir a comprometer a auto-estima da criança ou adolescente.

Com o foco dirigido para a preocupação com o estado emocional dos filhos durante o processo de separação e após sua efetivação, formulamos duas questões a cada um dos membros do ex-casal. Na primeira, relacionada ao momento mais agudo do relacionamento, pais e mães divergem: enquanto 75% das mães acreditam que o momento da separação foi traumático para os filhos, somente 37,5% dos pais têm a mesma opinião. Em relação ao momento atual, passado o período mais crítico, dentre os 16 indivíduos (oito casais) que possuem filhos em comum, 14 deles concordam que seus filhos estão tranquilos em relação a separação dos pais, o que representa 87,5% do total. Interessante ressaltar que os dois indivíduos que responderam que seus filhos não estão tranquilos, espontaneamente apresentaram sua opinião. Enquanto o pai responsabiliza a mãe por, durante oito meses, haver impedido o contato com o filho, a mãe reclama do pai que não procura a criança.

### **3.3 Os Resultados do Estudo**

Analisando as respostas obtidas através do questionário aplicado, podemos verificar que a instabilidade das uniões conjugais ocorre com casais que se encontram na faixa etária entre 20 a 30 anos, podendo significar que a maioria das uniões ocorre na juventude, fator que pode estar contribuindo para que os relacionamentos não sejam duradouros, fato que

vem a confirmar nossa percepção diária no atendimento de casais no serviço de mediação familiar. Concluimos, também, que o número de uniões estáveis vem aumentando, o que pode significar que a situação econômica também impera na concretização legal das uniões conjugais. Entretanto, percebemos que o “ficar”, verbo utilizado na atualidade entre os adolescentes, também acompanha o casal quando estes resolvem morar juntos. O relacionamento é eterno, até o próximo desentendimento.

Diante das dificuldades advindas das separações, podemos analisar através da entrevista com os casais, que o serviço de mediação proporcionou a todos que o utilizaram a oportunidade e disponibilidade de tempo para conversar e expor seus pontos de vista durante as sessões de mediação, que o diálogo tornou-se mais civilizado e a oportunidade de tomarem suas próprias decisões foi considerada uma das vantagens primordiais do serviço de mediação familiar. São muitos os casais que não conseguem dialogar, estão carregados de mágoa e frustração, o que os leva a travarem a possibilidade do diálogo para a solução das questões conjugais e, neste contexto, o Serviço Mediação proporciona ao casal a oportunidade da comunicação, questão de extrema importância para a solução de qualquer conflito.

Podemos analisar também que o saber ouvir é uma técnica importante no processo de mediação, pois facilita o diálogo entre o casal fazendo com que o acordo firmado seja consciente e conseqüentemente duradouro.

Com relação ao comportamento dos filhos diante da separação dos pais, sabemos que as necessidades das crianças estão ligadas a sua idade e ao seu estágio de desenvolvimento, fatores que influenciam os sintomas e as reações em relação a separação dos pais, o que nos leva a concluir através da resposta obtida no questionário, que o início do processo torna-se quase sempre traumático para os filhos, mas que com o passar do tempo, se o relacionamento do ex-casal se der de forma satisfatória, os filhos absorvem

melhor a situação e terminam por obter a tranqüilidade para seu desenvolvimento e físico, moral e intelectual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da elaboração deste trabalho e da experiência no serviço de triagem do Setor de Mediação Familiar no Fórum da Capital, constatamos o quanto às questões familiares decorrentes das separações e dissoluções de uniões estáveis como: alimentos, guarda, regulamentação de visitas, são complexas e que, para a solução destas questões, se faz necessário nos valermos de conhecimentos teóricos, técnicas de atendimento, imparcialidade e, acima de tudo, como condição imprescindível, saber ouvir. Verificamos que fazer parte de uma família e depois viver a sua dissolução possui implicações diferentes para homens e mulheres. Muito embora o casal opte pelo término do relacionamento conjugal, percebemos que há dificuldade para entender que permanecem co-progenitores de seus filhos. Entretanto, muitos agem como se assim não fossem e, ao romper o relacionamento em virtude de seus conflitos, negligenciam aqueles que deles dependem, ou seja, os filhos.

A Mediação Familiar, além de auxiliar na resolução dos conflitos conjugais, é portadora de uma nova cultura que encoraja a autopromoção, a possibilidade da comunicação e faz com que o indivíduo seja o sujeito responsável por suas decisões, fortalecendo, conseqüentemente, sua condição de cidadão.

O Serviço Social também é chamado pelo Poder Judiciário para intervir em situações de grandes sofrimentos provocados por crises matrimoniais, que muitas vezes são acompanhadas de violência interpessoal resultante de separações incompletas e repletas de ressentimentos provocados pelo maciço envolvimento emocional dos filhos e das famílias de origem. Sendo assim, o Assistente Social dirige esforços para auxiliar os casais na busca da reorganização de suas vidas, de modo a poderem prosseguir no seu desenvolvimento como indivíduos inseridos na sociedade, portadores de direitos e deveres. Percebemos,

através da pesquisa realizada com os casais, que a eficiência do serviço de Mediação Familiar é comprovada e reconhecida, portanto, deve ser mantido e divulgado.

A Mediação Familiar vai ao encontro dos interesses dos envolvidos, que decidem o que é melhor para eles e para os filhos, não delegando a terceiros a definição de suas vidas. As pessoas vêm na Mediação Familiar a oportunidade de resolver seus conflitos/problemas de uma forma tranqüila e amigável. Por isto entendemos porque na tabela 4, o grau de satisfação atingiu 100% dos entrevistados. Quando as pessoas defendem, ou seja, traçam suas metas, as chances de êxito e satisfação são maiores. Os esforços para que a qualidade do atendimento e os resultados positivos sejam alcançados, dependem de um grupo de profissionais preparados e fundamentados em questões familiares, onde o cuidado com a família seja observado integralmente, visando o bem estar e uma de vida digna, com os direitos assegurados a todos.

Concluimos que casamentos e separações, uniões e desuniões envolvem nossa história, nosso contexto, nossas pessoas. As gerações se encadeiam e se entremeiam nesse suceder de repetições e transformações de cada aspecto do nosso ser, na medida em que temos e somos pais, filhos e cônjuges. A construção do nosso presente e do nosso futuro, o casamento e a separação, em grande parte, dependem de como olhamos para nós e para tudo que internalizamos do nosso passado, bem como da noção da nossa própria responsabilidade nas escolhas que fazemos durante as passagens da vida.

Considerando a eficácia e a rapidez do serviço de Mediação Familiar e a experiência adquirida no serviço de triagem, acreditamos ser de extrema utilidade e importância à implantação do mesmo serviço em outras comarcas do Estado, seguindo os critérios utilizados no Fórum da Capital, possibilitando àqueles que mais necessitam, a oportunidade de resolverem seus conflitos de forma amigável. Como consequência, e a exemplo do que ocorre no Fórum da Capital, também auxiliaria o serviço dos magistrados,

contribuindo para o desafogamento do Judiciário em casos de processos relativos às questões familiares.

Outra consideração a ser feita diz respeito ao fortalecimento do atendimento via equipe multidisciplinar - Assistentes Social, Advogado, Psicólogo - pois esta prática só tem a engrandecer e fortalecer o atendimento dispensado no Fórum àqueles que necessitam de auxílio para solução de seus conflitos.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº8.069/90 4º Ed. Brasília: 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988, 6º ed. Atual. Até a Emenda Constitucional n.31/2000. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001

BRASIL. **O Novo Código Civil**. Senado Federal. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2002.

BRASIL. **Código Civil**. Organizador Antônio Luiz Meirelles Teixeira. Coordenadora Dulce Eugênia de Oliveira. São Paulo :Rideel, 1995.

ABREU, Maria Elizete Batista. **Mediação Familiar: a dimensão inovadora dessa intervenção frente às demandas postas ao Serviço Social da Vara de Família**. (Trabalho de Conclusão de Curso Serviço Social) Florianópolis : UFSC. Jun, 2003.

ÁVILA, Eliedite Mattos. **Mediação familiar**. Estado de Santa Catarina – Tribunal de Justiça. Florianópolis, 2002.

BENJAMIN, A. **A entrevista de ajuda**, São Paulo: Martins Fontes, 1991.

CARMO, V. do. **Mediação Familiar: Uma prática do Serviço Social das varas da família do Fórum da Comarca de Florianópolis**. (Trabalho de Conclusão de Curso Serviço Social) Florianópolis : UFSC. 1998.

CALDERÓN, A. I; GUIMARÃES, R. F. **Família : a crise de um modelo hegemônico**. In: Serviço Social & Sociedade 46 Ano XV. São Paulo : Editora. Dez, 1994.

CARVALHO, J. A. **Tutela, Curatela, Guarda, Visita e Pátrio Poder**. Rio de Janeiro : AIDE, 1995.

DAL PIZZOL, A. **O Estudo Social e a Perícia Social - Um Estudo em Construção**. In: O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina: Construindo indicativos/organização da assessoria psicossocial. Florianópolis : Divisão de Artes Gráficas, 2001.

DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 5º volume Direito da Família. São Paulo: Saraiva, 1995.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed, São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, E. B. de. **União estável: Do concubinato ao casamento: antes e depois do novo código civil**. São Paulo: Editora Método, 2003.

KASLOW, W, Florence & SCHWARTZ, L. Lita. **As Dinâmicas do Divórcio. Uma perspectiva de ciclo vital**, São Paulo : Ed. Psy, 1995.

MALDONADO, M. T. **Casamento: término e reconstrução**. 4. ed. Petrópolis : Vozes, 1991.

MINUCHIN, S. **Famílias – Funcionamento e tratamento**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1992.

ULYSSÉA, Denise da Silva. **A importância do Estudo Social nos Processos de regulamentação de visitas**. (Trabalho de Conclusão de Curso Serviço Social) Florianópolis : UFSC. Fev, 2003.

RIBEIRO, M. S. **A Questão da Família na Atualidade**. Florianópolis, 1999.

SANTA CATARINA. **O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina: construindo indicativos/ organização da Assessoria Psicossocial**. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001.

SILVA, Simone Regina Medeiros da. **Plantão de Atendimento às Demandas Sócio Jurídicas**. in SANTA CATARINA. **O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina: construindo indicativos/ organização da Assessoria Psicossocial**. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001.

PEDROTTI, Irineu Antônio. **Concubinato: união estável**. 2ª ed. São Paulo : Leud, 1995, 318 p.

OLIVEIRA FILHO, Bertoldo Mateus de. **Emocionando a Razão**. Aspectos Socioafetivos no Direito de Família (União Conjugal e Entidades Familiares) Belo Horizonte:Inédita,1999.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1

## Questionário aplicado

QUESTIONÁRIO APLICADO	
Universo de 10 casais escolhidos aleatoriamente durante o período de estágio curricular.	
Sexo:	<input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino
Idade:	
Ação:	<input type="checkbox"/> Separação judicial <input type="checkbox"/> Dissolução de União estável
Data da Triagem: ...../...../..... Data da Homologação: ...../...../..... Data da Entrevista: ...../...../.....	
<b>1</b>	<b>Quão satisfeito você ficou com o SMF?</b>
	<input type="checkbox"/> Insatisfeito <input type="checkbox"/> Pouco satisfeito <input type="checkbox"/> Satisfeito <input type="checkbox"/> Muito satisfeito
<b>2</b>	<b>O mediador familiar soube escutar e acompanhar pacientemente as suas decisões?</b>
	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<b>3</b>	<b>O mediador familiar facilitou um diálogo entre o casal?</b>
	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<b>4</b>	<b>De seu ponto de vista qual foi a vantagem do serviço de mediação familiar?</b>
	<input type="checkbox"/> Houve disponibilidade de tempo para conversar e expor seus problemas durante as sessões de mediação. <input type="checkbox"/> Conseguiram dialogar de maneira mais civilizada. <input type="checkbox"/> Cada um teve o seu tempo para falar e ser escutado. <input type="checkbox"/> Foi dada a oportunidade de tomarem as suas próprias decisões em relação ao conflito exposto
<b>5</b>	<b>O acordo homologado está sendo cumprido?</b>
	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<b>6</b>	<b>Como você avalia sua separação através do acordo realizado na mediação no tocante ao comportamento de seu ( s) filho ( s)?</b>
	<input type="checkbox"/> Foi traumático <input type="checkbox"/> Não foi traumático <input type="checkbox"/> Está (ão) tranquilo (s) <input type="checkbox"/> Não está (ão) tranquilo ( s)

**7** Você recomendaria o serviço de mediação familiar, mesmo que este não fosse prestado gratuitamente?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez